

MP quer explicações em 48 horas

Secretário de Saúde terá de esclarecer por que rede pública não tem remédios

LÍVIO DI ARAÚJO

O Secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, terá de esclarecer ao Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) o que está acontecendo com a distribuição de medicamentos excepcionais na rede pública do DF. Ontem, o órgão deu 48 horas ao secretário para que ele se explique. De acordo com a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) do MPDFT, desde dezembro do ano passado, o órgão tem recebido reclamações dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) referentes à falta de medicamentos.

O inquérito civil público instaurado pela Prosus cobra uma posição não apenas de Maciel, mas também do Secretário de Fazenda, Luiz Tacca Júnior, e da coordenadora do Conselho de Saúde do DF, Josete da Costa e Silva. A promotoria apura possíveis irregularidades na distribuição dos remédios. A promotora Cátia Vergara também requisitou informações à consultoria Jurídica do Ministério da



Maciel encaminhará ofício à promotoria pedindo que o termo “irregularidades” seja ratificado

Saúde, Maria Victoria Paiva, que deve prestar esclarecimentos ao MPDFT em até cinco dias. Isso deve sanar dúvidas sobre a questão do repasse de verba do governo federal para o GDF para que os medicamentos possam ser distribuídos à população.

A maior parte dos recursos para compra e distribuição desses medicamentos vem do governo federal e, de acordo com o Ministério da Saúde, os repasses estão ocorrendo de forma regular. A promotoria

espera agora as justificativas do GDF. Segundo o diretor executivo do Fundo de Saúde do DF, José Maria Freire, a falta de remédios está acontecendo por uma série de motivos considerados “normais” pela administração: férias coletivas dos laboratórios, falta de recursos no orçamento – causado pela mudança de governo –, além de 110 itens dentre os 784 comprados pela secretaria que tiveram licitação fracassada – preços acima do valor de mercado, indica-

ção de similar não aceitável ou falta de fornecedor.

Medicamentos como Copaxone, Olamzapina, Atorvastatina, Interferon, Pequilado, Interferon Beta, Anastrozol, Carboplatina, Vepeside, Vesanoide, Alfame e Pregomim estão em falta na rede pública de Saúde. Além desses, o Micofenolato de Sódio, Azatioprina, essenciais para evitar a rejeição de órgão em pacientes de transplante renal, também não estão sendo distribuídos.

A falta de remédios na secretaria tem sido constante. Em novembro passado, medicamentos que tratam da esclerose múltipla também desapareceram da rede pública e os pacientes passaram uma semana sem conseguir o Betaferon e o Avonex.

As possíveis irregularidades na distribuição de medicamentos por parte da Secretaria de Saúde já renderam vários capítulos. Logo quando Maciel assumiu a pasta – ainda no governo Roriz –, a secretaria estava envolvida com denúncias de irregularidades, que colocaram em xeque a gestão do ex-secretário Arnaldo Bernardino, acusado, entre outras coisas, de formação de quadrilha, desvio de bens públicos, prevaricação, improbidade administrativa e dispensa indevida de licitação. As investigações correm na 10ª Vara Pública Federal.

Hoje, o secretário de Saúde vai encaminhar um ofício à promotoria solicitando que o termo “irregularidades” seja ratificado. “Esse termo remete a falcatura e não é isso que está acontecendo”, rebateu Freire. Ele assegurou que, até o início de fevereiro, a situação estará regularizada. “Já compramos os medicamento e insumos e acredito que em 10 dias, 15 no máximo, não faltará mais nenhum remédio na rede pública de Saúde.”